

**A Guerra do Afeganistão, a Guerra do Iraque e os Estados Unidos enquanto hegêmona global: como os conflitos evidenciam uma reorientação da política de segurança internacional estadunidense em um sistema unipolar?**<sup>1</sup>

Milena Tavares de Freitas<sup>2</sup>

**Resumo:** Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, o sistema internacional deixou de ter um ordenamento bipolar. Este artigo tem como objetivo defender que o sistema passou a ser, então, unipolar. Além disso, tem como objetivo também defender que a estratégia utilizada pelos Estados Unidos nesse novo contexto foi a primazia. Para fazê-lo, analisará escritos teóricos a respeito da unipolaridade e das grandes estratégias. Analisará também a Guerras do Afeganistão e a Guerra do Iraque, entendendo-as como sintomas/evidências da unipolaridade.

**Palavras-chave:** Guerra do Afeganistão; Guerra do Iraque; Estados Unidos da América; Unipolaridade; Grandes Estratégias; Realismo; Segurança Internacional.

**Abstract:** With the end of the Cold War and the dissolution of the Soviet Union, the international system ceased to have a bipolar order. This article aims to defend that the system then became unipolar. Furthermore, it also aims to defend that the strategy used by the United States in this new context was that of primacy. To do so, it will analyze theoretical writings about unipolarity and grand strategies. It will also analyze the Afghanistan War and the Iraq War, understanding them as symptoms/ evidences of unipolarity.

**Key words:** Afghanistan War; Iraq War; United States of America; Unipolarity; Grand Strategies; Realism; International Security.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU) como Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Flávio Pedroso Mendes.

<sup>2</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (milena.tavares@ufu.br).

## 1. Introdução

A Guerra Fria foi uma rivalidade política entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e seus respectivos aliados que se desenvolveu após a Segunda Guerra Mundial. Esta hostilidade entre as duas superpotências foi primeiramente nomeada por George Orwell em um artigo publicado em 1945. Orwell entendeu isso como um potencial impasse nuclear entre "super-estados": cada um possuía armas de destruição em massa e era capaz de aniquilar o outro (Britannica, 2023). Vale lembrar que em 1945 a URSS ainda não estava nuclearizada e que isso só ocorreu em 1949.

A rivalidade começou após a rendição da Alemanha nazista em 1945, quando a desconfortável aliança entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, por um lado, e a União Soviética, por outro, começou a desmoronar. A União Soviética começou a estabelecer governos de esquerda nos países da Europa Oriental, determinada a se proteger contra uma possível ameaça renovada da Alemanha. Os estadunidenses e os britânicos, por sua vez, temiam que a dominação soviética na Europa Oriental pudesse ser permanente. A Guerra Fria foi solidificada em 1947-48, quando a ajuda dos Estados Unidos tinha posto certos países ocidentais sob sua influência e os soviéticos tinham estabelecido regimes abertamente comunistas. No entanto, houve muito pouco uso de armas em campos de batalha durante o período de tensão geopolítica. O conflito foi travado principalmente em frentes políticas, econômicas e de propaganda e durou até 1991 (Britannica, 2023).

A Guerra Fria chegou ao fim gradualmente. A unidade no bloco comunista foi se desfazendo ao longo dos anos 1960 e 1970 conforme ocorreu uma divisão entre a China e a União Soviética. Enquanto isso, o Japão e certos países ocidentais estavam se tornando mais economicamente independentes. Relações internacionais cada vez mais complexas se desenvolveram como resultado, e os países menores se tornaram mais resistentes à persuasão das superpotências (Britannica, 2023).

A hostilidade realmente começou a desmoronar durante a administração de Mikhail Gorbachev, que mudou os aspectos mais totalitários do governo soviético e tentou democratizar seu sistema político. Os regimes comunistas começaram a entrar em colapso na Europa Oriental, e governos democráticos surgiram na Alemanha Oriental, Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, seguidos pela reunificação da Alemanha Ocidental e Oriental sob os auspícios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). As reformas de Gorbachev,

entretanto, enfraqueceram seu próprio partido comunista e permitiram que o poder mudasse para os governos constituintes do bloco soviético. A União Soviética entrou em colapso no final de 1991, dando origem a 15 nações recém-independentes, incluindo uma Rússia com um líder anticomunista (Britannica, 2023).

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética, o Sistema Internacional (SI) deixou de ter um ordenamento bipolar. O presente trabalho irá defender que teve início então um ordenamento unipolar, no qual os Estados Unidos era o hegemona global. Essa nova posição fez com que o governo estadunidense precisasse modificar sua política de segurança internacional, a fim de melhor responder aos novos incentivos e dinâmicas do sistema. Assim, defende-se aqui que os Estados Unidos ajustaram a grande estratégia de primazia já exercida durante a Guerra Fria, para que esta melhor atendesse às demandas da unipolaridade. Serão analisadas a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque para melhor entender esse reordenamento da política de segurança internacional do país. Assim, serão abordadas reflexões acerca da unipolaridade, das grandes estratégias disponíveis para os EUA e do papel das guerras acima mencionadas para o fortalecimento da unipolaridade pós-Guerra Fria.

Essa é uma pesquisa de ordem explicativa cujo principal objetivo é provar a hipótese de que a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque ilustram uma nova postura global de segurança estadunidense, que tinha como objetivo fortalecer a posição hegemônica dos Estados Unidos no mundo pós-Guerra Fria. Para fazê-lo, trabalhará com três etapas. Em um primeiro momento, será traçada uma visão geral da Guerra do Afeganistão e da Guerra do Iraque, que serão centrais à comprovação da hipótese deste trabalho. Em seguida, será feita uma revisão bibliográfica dos escritos sobre a unipolaridade, em especial de autores como Waltz, Mearsheimer e Wohlforth. Depois, será feita uma revisão bibliográfica dos escritos sobre as grandes estratégias, em especial de autores como Posen, Ross e Layne. Obras como “Da Teoria à Análise Política: Guerra do Iraque ou do Reordenamento Unipolar?” de Eugênio Diniz e “Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy” de Barry Posen serão essenciais a estas duas seções. Por fim, serão apresentadas algumas considerações analíticas finais sobre as guerras em questão como evidências de uma grande estratégia de primazia sob a unipolaridade.

## **2. A Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque**

Nesta seção serão examinadas a Guerra do Afeganistão (2001) e a Guerra do Iraque (2003), para que mais tarde seja possível analisar sua importância para o reordenamento da política de segurança dos Estados Unidos em um contexto unipolar. Antes de tratar de tais conflitos, porém, é necessário abordar os ataques terroristas de 11 de setembro e a Guerra ao Terror. Cabe pontuar aqui que não faz sentido equiparar a Guerra ao Terror a um conflito entre Estados, pois grupos terroristas não são atores estatais e não tem capacidade de contestar a unipolaridade dos Estados Unidos (Diniz, 2005).

Os atentados de 11 de setembro foram uma série de sequestros de aeronaves e ataques suicidas cometidos em 2001 por 19 terroristas associados ao grupo extremista islâmico Al-Qaeda. Foi a ação terrorista com maior número de vítimas ocorrida em solo estadunidense: aproximadamente 3.000 pessoas foram mortas. Os atentados envolveram o sequestro de quatro aviões, três dos quais foram usados para atacar pontos geográficos estratégicos do território estadunidense. O voo 11 da *American Airlines* e o voo 175 da *United Airlines* foram jogados contra as torres norte e sul do *World Trade Center*, respectivamente, e o voo 77 da *American Airlines* atingiu o Pentágono. O voo 93 da *United Airlines* caiu em um campo próximo à Shanksville, Pensilvânia, depois que os passageiros tentaram retomar o controle da aeronave dos sequestradores. Acredita-se que o avião tinha como alvo o prédio *U.S. Capitol* em Washington, D.C. (Britannica, 2023).

Em resposta a esses eventos, o então presidente George W. Bush declara a Guerra ao Terror. Ela consistiu em uma campanha multidimensional com escopo quase ilimitado. Sua dimensão militar é mais conhecida pela Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque. Após os ataques de 11 de setembro os países aliados aos Estados Unidos se uniram, em peso, em apoio ao país e sua campanha. O sentimento geral à época pode ser observado com clareza na manchete do jornal francês *Le Monde*, que dizia que "somos todos americanos agora". As evidências coletadas pelos Estados Unidos logo convenceram grande parte dos governos de que a Al-Qaeda teria sido a responsável pelos ataques. O grupo militante islâmico estava sediado no Afeganistão e tinha construído uma estreita relação com a milícia talibã do país, que posteriormente recusou as exigências dos EUA de extraditar Bin Laden e encerrar a atividade da Al-Qaeda na região (Britannica, 2023). Pela primeira vez em sua história, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) invocou o art. 5<sup>o</sup>, permitindo que seus

---

<sup>3</sup> O Artigo 5 prevê que um ataque armado contra um ou vários membros da OTAN será considerado um ataque a todos. Cada membro, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à parte ou partes atacadas.

membros respondessem coletivamente em autodefesa. Em 7 de outubro de 2001 os Estados Unidos e as forças militares aliadas lançaram um ataque contra o Afeganistão, dando início à Guerra do Afeganistão (Berdal, 2016).

A Guerra do Afeganistão pode ser dividida em três fases. A primeira fase, que visava à desestabilização do Talibã, foi breve, com duração de apenas dois meses. A segunda fase, com duração de 2002 a 2008, foi marcada por uma estratégia dos Estados Unidos de derrotar os talibãs militarmente e reconstruir as principais instituições do Estado afegão. A terceira fase, marcada pelo que pode ser definido como uma volta à doutrina clássica da contrainsurgência<sup>4</sup>, teve início em 2008 e acelerou-se com a decisão do então presidente Barack Obama em 2009 de aumentar temporariamente a presença das tropas estadunidenses no Afeganistão (Britannica, 2023). Entretanto, para os fins propostos para este artigo, apenas a primeira fase terá relevância.

Após os eventos de 11 de setembro, a administração do então presidente George W. Bush se uniu em torno de uma estratégia que visava expulsar o Talibã do Afeganistão e desmantelar a Al-Qaeda (Berdal, 2016). Também foram contempladas ações no Iraque, incluindo planos de longa data para a derrubada de Saddam Hussein, mas isso será abordado com maiores detalhes mais a frente. Bush exigiu que o líder talibã Mullah Mohammed Omar entregasse às autoridades dos Estados Unidos todos os líderes da Al-Qaeda “que se escondem em seu território”. Com a recusa de Omar, os oficiais estadunidenses deram início à implementação de um plano de guerra (Britannica, 2023).

A campanha no Afeganistão começou secretamente em 26 de setembro, com a chegada ao país de uma equipe da Agência Central de Inteligência (CIA) conhecida como Quebra-Queixo (Britannica, 2023). De início, ela trabalhou com aliados anti-Talibã, dando início a uma estratégia para a derrubada do regime (Berdal, 2016; Biddle, 2003). As autoridades estadunidenses esperavam que, em parceria com os afegãos, pudessem evitar o envio de uma grande força para o país. Funcionários do Pentágono estavam especialmente focados em evitar que os EUA fossem atraídos para uma ocupação prolongada do Afeganistão. Os Estados Unidos confiaram principalmente na Aliança do Norte<sup>5</sup> (Berdal, 2016). Ela havia acabado de perder Massoud, mas conseguiu se reagrupar sob outros

---

<sup>4</sup> O Oxford English Dictionary define "contrainsurgência" como qualquer "ação militar ou política tomada contra as atividades de guerrilheiros ou revolucionários" e pode ser considerada guerra de um Estado contra um adversário não estatal.

<sup>5</sup> Organização político-militar criada pelo Afeganistão em 1996, com o objetivo de unir diversos grupos afegãos que combatiam uns aos outros a fim de lutarem juntos contra o Talibã.

comandantes, incluindo o líder tajique Mohammed Fahim e Abdul Rashid Dostum, um uzbeque. Os estadunidenses também se uniram com os pashtuns anti-Talibã no sul do Afeganistão, incluindo um líder tribal pouco conhecido chamado Hamid Karzai (Britannica, 2023).

Contingentes das forças especiais estadunidenses e britânicas logo se juntaram à equipe da CIA e juntos forneceram armas, equipamentos e aconselhamento militar aos afegãos. Eles também ajudaram a coordenar o direcionamento para a campanha aérea, que começou em 7 de outubro de 2001. Nela, aviões de guerra britânicos e estadunidenses atacaram alvos talibãs, marcando o início público da Operação Liberdade Duradoura (Britannica, 2023). Ela tinha como objetivo destruir a Al-Qaeda e o Talibã, assim como remover Saddam Hussein do poder (Berdal, 2016). No final de outubro, as forças da Aliança do Norte começaram a tomar uma série de cidades anteriormente ocupadas pelos talibãs. As forças trabalharam com a assistência dos Estados Unidos, mas desafiaram os desejos do governo estadunidense quando, em 13 de novembro, marcharam em Cabul enquanto o Talibã se retirou sem um embate (Britannica, 2023).

Kandahar, a maior cidade do sul do Afeganistão, vista como a “casa espiritual” do Talibã, caiu em 6 de dezembro, marcando o fim do poder do grupo. Ela havia sido sitiada por forças militares lideradas por Karzai que vieram do norte e forças comandadas por Gul Agha Sherzai que avançaram do sul. Ambas operaram com assistência pesada dos Estados Unidos. Enquanto a liderança talibã se retirava para as áreas rurais do Afeganistão e atravessava a fronteira com o Paquistão, figuras anti-Talibã se reuniram em uma conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Bonn, na Alemanha. Através de “manobras nos bastidores” por parte dos Estados Unidos, Karzai foi selecionado para liderar o país em uma base interina (Britannica, 2023).

Foi realizada uma intensa caça a Omar, Bin Laden e o vice-chefe da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Antes do assassinato de Bin Laden pelas forças estadunidenses em 2011, acreditava-se que os estadunidenses haviam chegado mais perto de Bin Laden na batalha de dezembro de 2001, de Tora Bora (fortaleza na montanha usada por Bin Laden). Entretanto, acreditava-se que Bin Laden havia conseguido entrar no Paquistão com a ajuda de forças afegãs e paquistanesas que supostamente estavam ajudando os americanos. Os críticos mais tarde questionaram os militares dos Estados Unidos por permitir que as forças afegãs liderassem o ataque ao complexo de cavernas em Tora Bora, em vez de fazê-lo eles mesmos.

A Al-Qaeda posteriormente restabeleceu sua base de operações nas áreas tribais que formam a fronteira noroeste do Paquistão com o Afeganistão. Omar e seus principais tenentes talibãs se estabeleceram na cidade paquistanesa de Quetta, na remota província sudoeste de Balochistão. Uma das principais batalhas finais da primeira fase da Guerra do Afeganistão ocorreu em março de 2002, com a Operação Anaconda na província oriental de Paktia. Ela envolveu forças dos EUA e do Afeganistão lutando contra cerca de 800 militantes da Al-Qaeda e do Talibã. A operação marcou a entrada de tropas de outros países na guerra: forças de operações especiais da Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha e Noruega passaram a participar do conflito. A partir de então, o foco do governo dos Estados Unidos passa a ser o Iraque (Britannica, 2023).

A Guerra do Iraque, por sua vez, consistiu em duas fases. A primeira delas foi um conflito breve travado entre março e abril de 2003. Nele, uma força combinada de tropas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, com contingentes menores de vários outros países, invadiu o Iraque e rapidamente derrotou as forças militares e paramilitares iraquianas. A segunda fase, consideravelmente mais longa, é marcada pela ocupação do Iraque liderada pelos EUA, que foi combatida por uma insurgência. Depois que a violência começou a diminuir em 2007, os Estados Unidos reduziram gradualmente sua presença militar no país, completando formalmente sua retirada em dezembro de 2011 (Britannica, 2023). Assim como na Guerra do Afeganistão, para os fins propostos para este artigo, apenas a primeira fase terá relevância.

Em 2002, Bush argumentou que a vulnerabilidade dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro, combinada com a alegada posse e fabricação de armas de destruição em massa do Iraque (uma acusação que mais tarde se mostrou errônea) e seu apoio a grupos terroristas que, de acordo com a administração Bush, incluíam a Al-Qaeda, responsável pelos ataques de 11 de setembro, fizeram do desarmamento do Iraque uma prioridade para os EUA (Gershkoff; Kushner, 2005). A Resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU<sup>6</sup>, aprovada em 8 de novembro de 2002, exigiu que o Iraque admitisse inspetores e cumprisse todas as resoluções anteriores (Zaborowski, 2008). Em um primeiro momento, o Iraque parecia seguir a resolução, mas no início de 2003 o presidente Bush e o Primeiro-Ministro britânico Tony Blair declararam que o Iraque continuava a dificultar as inspeções da ONU e que ainda mantinha armas proscritas. Outros líderes mundiais, como o

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.un.org/depts/unmovic/documents/1441.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

presidente francês Jacques Chirac e o chanceler alemão Gerhard Schröder, citando o que eles acreditavam ser o aumento da cooperação iraquiana, tentaram estender as inspeções e dar ao Iraque mais tempo para cumpri-las (Britannica, 2023). No entanto, em 17 de março, considerando inúteis os esforços diplomáticos do Conselho de Segurança, Bush declarou o fim da diplomacia e emitiu um ultimato a Saddam, dando ao presidente iraquiano 48 horas para deixar o Iraque (Zaborowski, 2008). Os líderes da França, Alemanha, Rússia e outros países se opuseram a esse prelúdio de guerra (Britannica, 2023).

Saddam se recusou a deixar o Iraque e em 20 de março os Estados Unidos, junto às forças aliadas, lançaram um ataque ao país. Os aviões estadunidenses lançaram várias bombas guiadas por precisão em um complexo de bunkers, no qual se acreditava que o presidente iraquiano estava se reunindo com funcionários seniores. Em seguida, houve uma série de ataques aéreos dirigidos contra o governo e instalações militares, e dentro de dias as forças dos EUA invadiram o Iraque a partir do Kuwait no sul. As Forças Especiais dos Estados Unidos tinham sido anteriormente implantadas em áreas controladas pelos curdos no norte, possibilitando tal invasão. Apesar dos receios de que as forças iraquianas destruíssem pontes e barragens e incendiassem os poços de petróleo do Sul do Iraque, numa tentativa de resistência, pouco dano foi causado pela retirada das forças iraquianas. Um grande número de tropas iraquianas escolheu não resistir ao avanço das forças da coalizão. No sul do Iraque, a maior resistência às forças estadunidenses, à medida que elas avançavam para o norte, era de grupos irregulares de partidários do Partido Ba'ath, conhecidos como Fedayeen de Saddam. As forças britânicas, que haviam se posicionado ao redor da cidade de Baçorá, enfrentaram resistência semelhante de combatentes paramilitares e irregulares (Britannica, 2023).

No centro do Iraque, unidades da Guarda Republicana<sup>7</sup> foram implantadas para defender a capital, Bagdá. Enquanto isso, o exército e os fuzileiros navais dos Estados Unidos avançaram para o noroeste, acima do vale do rio de Tigre-Eufrates, contornando muitas áreas povoadas onde a resistência de Fedayeen era mais forte. Foram desacelerados apenas em 25 de março, quando o mau tempo e uma linha de abastecimento estendida os forçaram a parar seu avanço a 95 km de Bagdá. Durante a pausa, os aviões estadunidenses infligiram sérios danos a unidades da Guarda Republicana em torno da capital. As forças dos EUA retomaram seu avanço dentro de uma semana e em 4 de abril assumiram o controle do aeroporto internacional de Bagdá. A resistência iraquiana, embora às vezes vigorosa, foi altamente

---

<sup>7</sup> Força de elite do exército do Iraque subordinada diretamente a Saddam Hussein, ao contrário dos paramilitares de Fedayeen Saddam e dos soldados comuns.



desorganizada, possibilitando que, nos dias seguintes, unidades do exército e do Corpo de Fuzileiros Navais realizassem ataques no coração da cidade. Em 9 de abril a resistência em Bagdá entrou em colapso e os soldados estadunidenses assumiram o controle da cidade (Britannica, 2023).

No mesmo dia, Baçorá foi conquistada pelas forças britânicas, que haviam entrado na cidade vários dias antes. No norte, entretanto, os planos para abrir outra grande frente haviam sido frustrados quando o governo turco se recusou a permitir que unidades mecanizadas e blindadas do exército dos Estados Unidos passassem pela Turquia para se posicionar no norte do Iraque. Independentemente disso, um regimento de paraquedistas estadunidenses aterrissou na área e os soldados das Forças Especiais dos EUA se juntaram aos combatentes peshmerga curdos para tomar as cidades do norte de Kirkuk em 10 de abril e Mosul em 11 de abril. A cidade natal de Saddam, Tikrīt, a última grande fortaleza do regime, caiu, com pouca resistência, em 13 de abril. Grupos isolados de partidários do regime continuaram a lutar nos dias seguintes, mas Bush declarou fim de maiores combates em 1 de maio. Os líderes iraquianos fugiram para esconderijos e foram alvo de uma intensa busca por parte das forças estadunidenses. Saddam Hussein foi capturado em 13 de dezembro de 2003, cinco meses depois que seus dois filhos foram mortos em um tiroteio contra tropas estadunidenses. Uday e Qusay Hussein eram figuras centrais no governo de 24 anos de seu pai e foram mortos após terem sido encontrados escondidos numa residência privada. Saddam foi posteriormente condenado por crimes contra a humanidade e foi executado em 30 de dezembro de 2006 (Britannica, 2023).

### **3. Realismo estrutural e o tratamento teórico da unipolaridade**

Nesta seção serão examinadas questões teóricas referentes ao realismo, em específico à percepção de diferentes autores sobre a unipolaridade enquanto cenário hipotético e enquanto nova ordem do Sistema Internacional (SI) após o fim da Guerra Fria. Além disso, será defendido aqui que o sistema, com a dissolução da União Soviética, deixou de ser bipolar e passou a ser unipolar. E que, assim, a reorientação da política de segurança internacional dos Estados Unidos, analisada no presente trabalho, se deu a fim de ajustar o comportamento do país a sua nova posição hegemônica.

O Realismo Estrutural estabelece que a política internacional é a política das grandes potências. Na unipolaridade, o sistema internacional é regido por um único polo e, assim, seu

comportamento é o parâmetro crucial da política internacional neste tipo de sistema. Com isso, é necessário conhecer os objetivos e interesses de uma potência unipolar, tal como a grande estratégia e a política de sustentação por ela utilizadas, a fim de melhor entender seu impacto nas dinâmicas do Sistema Internacional (Diniz, 2006). O Realismo Ofensivo, por sua vez, propõe que a estrutura internacional gera incentivos para que os Estados obtenham poder à custa uns dos outros. Propõe também que é incomum encontrar potências satisfeitas com suas posições atuais, uma vez que a maximização do poder relativo possibilita uma maximização da segurança. Desse modo, entende-se que a posição ideal é aquela ocupada pelo hegemona do sistema (Mearsheimer, 2001).

Nesse sentido, Kenneth Waltz (1979) entende que o poder é um meio para a obtenção de segurança e que a relação entre os dois é diretamente proporcional, mas apenas até certo ponto. Depois dele, ela se torna inversamente proporcional. Vale ressaltar que aqui, ao falar de poder, para o autor, trata-se da militarização de um país, da sua capacidade de proteção própria. Assim, o autor defende a ideia da quantidade apropriada de poder, que seria o ponto ótimo onde a segurança de um Estado está no nível mais alto possível. A partir desse ponto, o aumento de poder terá o efeito contrário e diminuirá a segurança do Estado. Waltz explica que um aumento demasiado do poder de um país incentivará a movimentação dos demais contra ele, pois se sentirão ameaçados por ele. Tal movimentação, por sua vez, será uma ameaça à segurança do próprio país. O autor afirma que o Sistema Internacional abomina a concentração de poder e conspirará para restaurar o equilíbrio do balanço (Waltz, 1988).

No que se refere à estabilidade sistêmica e à propensão à guerra, Waltz entende que a polaridade é um atributo da estrutura política internacional. Para ele, a polaridade está relacionada à mudança na distribuição de capacidades. Embora o autor não fale da unipolaridade propriamente dita, alguns preceitos por ele tecidos na bipolaridade fazem sentido em um contexto unipolar. Na bipolaridade há a predominância do balanceamento interno, por meio de armamentos. Além disso, há também uma maior concentração de poder, o que resulta em um alto valor dissuasório. Ele fala do que entende ser uma dinâmica de poder a nível unitário, que tem como ponto central as armas nucleares. O autor afirma que elas não são um atributo nem alteram a estrutura, mas têm um efeito no sistema, pois afetam as chances de transformação dele. Ao tratar de armamentos convencionais, tem-se uma perspectiva de ganhos, de superação da balança de poder e de custos toleráveis. Já os armamentos nucleares trazem riscos e custos inaceitáveis, o que faz com que a guerra se torne

muito mais custosa e evitá-la seja uma das preocupações centrais dos Estados. Waltz conclui que a transformação tecnológica (não estrutural) acarretada pelos armamentos nucleares causa significativas consequências sistêmicas, notadamente: uma maior estabilidade do sistema e uma menor propensão à guerra, com a perspectiva de dissuasão mínima e de capacidade retaliatória (Waltz, 1988). Os Estados Unidos são a maior potência nuclear no pós-Guerra Fria. Nenhum país se arriscaria a enfrentá-lo e ter de lidar com as consequências de sua derrota. Assim, o poderio nuclear dos EUA fortalece sua posição unipolar.

No que se refere ao fim da Guerra Fria, John Mearsheimer (1990) previu seu fim completo, com a desintegração da União Soviética e o retraimento político e militar dos EUA na Europa, somado ao fim da OTAN e ao fim do Pacto de Varsóvia. Segundo ele, o grau de estabilidade do sistema é função da distribuição e da natureza do poder militar, ou seja, está relacionado à polaridade e presença de armamentos nucleares. No que se refere à natureza do poder militar, o autor segue o argumento do Waltz: a expectativa de que a existência de armas nucleares entre as grandes potências venha a ter um efeito estabilizador, forçando um equilíbrio de poder. Pode-se dizer que o poder nuclear dos EUA age de maneira a forçar um equilíbrio/ forçar uma aceitação de sua posição unipolar. No caso em questão, o equilíbrio se daria a favor da potência unipolar. Após o fim da Guerra Fria, nota-se que o cenário pintado por Mearsheimer não se tornou realidade. Os Estados Unidos não se retiraram da Europa, o que fez com que o balanceamento de poder regional previsto pelo autor não se concretizasse (Mearsheimer, 1990).

Já Waltz (2000) explica que a Guerra Fria "está firmemente enraizada na estrutura da política internacional do pós-guerra e durará enquanto essa estrutura durar" (Waltz, 1988: p. 628 apud Waltz, 2000: p. 39, tradução nossa). Ele defende que foi exatamente isso que aconteceu, a Guerra Fria terminou apenas quando a estrutura bipolar do mundo desapareceu. A política internacional foi transformada, mas o mundo não. A estrutura da política internacional foi simplesmente reconfigurada devido ao desaparecimento da União Soviética. O autor entende que, por algum tempo, a nova estrutura será a unipolaridade (Waltz, 2000).

No que se refere à unipolaridade em si, William Wohlforth (1999) defende três premissas a respeito do Sistema Internacional no pós-Guerra Fria: o sistema é unipolar, a unipolaridade atual tende à paz e a unipolaridade é duradoura. Ao comparar Wohlforth com o que foi dito anteriormente por Waltz (1988) e Mearsheimer (1990), nota-se neles um limite teórico com relação à possibilidade de prever algo como um único polo de poder superior.

Entende-se que isso contraria a lógica estrutural da teoria realista, de modo que os autores chegam a apresentar certa relutância em considerar a unipolaridade como um sistema viável (Wohlforth, 1999). Essa relutância é claramente observada em “The Emerging Structure of International Politics”, onde Waltz (1993) discute o pós-Guerra Fria como uma estrutura em formação, uma nova multipolaridade em construção. Ele apostava na ascensão do Japão e da Alemanha como grandes potências e da Rússia como potência média. O autor entendia que a unipolaridade não seria fixa, apenas um estágio transitório (Waltz, 1993). Será defendida no presente trabalho a visão de Wohlforth.

Wohlforth (1999) evidencia o mundo unipolar por meio de uma “conta matemática”:  $2 - 1 + 0 = 1$ . Ele explica que a União Soviética acaba (-1) e nenhuma outra surge para desafiar os Estados Unidos (+0), logo o mundo a partir de 1991 é unipolar. Wohlforth afirma que os Estados Unidos desfrutam de uma enorme margem de superioridade sobre as demais potências (ou até mesmo sobre todas elas juntas), superioridade essa maior do que qualquer outra potência já experienciou nos últimos dois séculos. Além disso, o autor entende que os EUA são a primeira superpotência na história internacional moderna com preponderância decisiva em todos os componentes subjacentes do poder: econômico, militar, tecnológico e geopolítico. Para ele, é um grande erro descrever como um mero “momento” tamanha concentração de poder quantitativa e qualitativa (Wohlforth, 1999).

Ainda nesse primeiro ponto, Wohlforth (1999) fala sobre a distribuição das capacidades no sistema pós-Guerra Fria. Para ele, a unipolaridade é um sistema em que as capacidades materiais de um Estado são tão grandes que não há possibilidade de balanceamento. Trata-se de uma estrutura diferente da bipolaridade ou da multipolaridade, mas que não pode ser entendida como um império. A unipolaridade continua sendo um sistema anárquico, não há alteração para um sistema hierárquico. O autor traduz essa distribuição das capacidades em dados, comparando o sistema multipolar da Pax Britânica (1860-1870) com a bipolaridade da Guerra Fria. Wohlforth mostra, por meio de comparações de PIBs e de gastos militares, que as capacidades materiais dos Estados Unidos a partir da década de 90 já eram maiores do que nesses outros dois momentos. O autor conclui que os EUA apresentam concentração de capacidades sem precedentes e simétrica, havendo uma dominância hegemônica em todos os principais componentes do poder material - militar, econômico, tecnológico e geopolítico. Isso sustenta a ideia de que o sistema pós-Guerra Fria é unipolar. Vale lembrar: para Wohlforth, a unipolaridade é um sistema em que as

capacidades materiais de um Estado são tão grandes que não há possibilidade de balanceamento (Wohlforth, 1999).

Quanto ao argumento da unipolaridade ser pacífica, Wohlforth (1999) explica que a vantagem bruta de poder dos Estados Unidos significa que uma fonte importante de conflitos nos sistemas anteriores deixa de existir: a rivalidade hegemônica sobre a liderança do SI. Nenhuma outra grande potência está em posição de seguir qualquer política que dependa, para seu sucesso, de uma predominância sobre os EUA em uma guerra ou uma rivalidade estendida. Nenhum país vai tomar qualquer atitude que abra espaço para uma inimizade exclusiva com os Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a unipolaridade minimiza competições de segurança entre as outras potências. Enquanto líder do sistema, os EUA têm os meios e o motivo para manter instituições de segurança fundamentais com o objetivo de aliviar conflitos locais de segurança e limitar competições custosas entre outras potências. Assim, os Estados de “segundo nível” (abaixo do status de superpotência dos Estados Unidos, mas ainda poderosos e importantes dentro do SI) encaram incentivos para exibir um comportamento de grupo (*bandwagon*) com a potência unipolar contanto que os custos esperados do balanceamento se mantenham proibitivos (Wohlforth, 1999).

Para Waltz (1988) e Mearsheimer (1990), a bipolaridade é mais estável que a multipolaridade devido à clareza que ela trás, tornando mais fácil a previsão e as possíveis consequências de erros de cálculo. Wohlforth, por outro lado, afirma que a unipolaridade é o sistema com maior clareza possível, com a concentração de poder tão evidente e simétrica que não deixa dúvidas a respeito das capacidades da potência hegemônica, nem sobre a resistência que ela oferecerá a eventuais tentativas de mudança (Wohlforth, 1999).

Por fim, quanto ao argumento de que a unipolaridade é duradoura, cabe lembrar que quando Wohlforth (1999) escreveu o artigo em questão a unipolaridade já durava cerca de uma década. O autor acredita que ela pode durar tanto quanto a bipolaridade durou se Washington jogar bem as suas cartas. Ele dizia ainda que por muitas décadas nenhum Estado é provável de estar em posição de encarar os Estados Unidos em qualquer um dos componentes subjacentes de poder. E sendo uma potência estrangeira separada por dois oceanos de todas as outras grandes potências, os EUA podem reter suas vantagens sem arriscar um contrabalanceamento. Os então candidatos ao posto de “potência polar” (Japão, China, Alemanha e Rússia) não são tão sortudos. Esforços por parte deles para aumentar seus poderes ou se aliar a outros países insatisfeitos são mais prováveis de causar

contrabalanceamentos locais muito antes de poderem criar um contrapeso global ao poder dos Estados Unidos (Wohlforth, 1999).

Wohlforth (1999) discorda da ideia de que a unipolaridade é dinamicamente instável e que o menor tropeço de Washington acarretará em uma perigosa retaliação. Para o autor, trata-se do contrário: a unipolaridade é duradoura e pacífica, e a maior ameaça é a incapacidade dos EUA de “fazer o suficiente”. Tendo uma preponderância de poder indisputada, os Estados Unidos são mais livres que a maioria dos países para desconsiderar o SI e os seus incentivos. Mas, porque o sistema é construído ao redor dos EUA, ele cria demandas por engajamento estadunidense. Quanto mais eficientes forem as respostas de Washington a esses incentivos e o seu fornecimento de ordem, mais duradouro e pacífico o sistema. Essa eficiência se relaciona ao que será dito mais a frente a respeito da estratégia de primazia. Wohlforth diz que a unipolaridade é mais segura e barata que a bipolaridade e a multipolaridade, por isso vale a pena investir em seu prolongamento (Wohlforth, 1999).

Wohlforth (1999) traz ainda o que considera ser o legado da Guerra Fria, uma ordem liberal favorável, com um sistema de alianças formado e uma presença militar estadunidense em outras regiões (OTAN, por exemplo). Assim, ele entende que os Estados Unidos teriam apenas que exportar para o resto do mundo o modelo de hegemonia que já havia formado (Wohlforth, 1999). Eram necessários apenas alguns ajustes, não um reordenamento total. Defende-se aqui que a reorientação da política de segurança internacional dos EUA analisada no presente trabalho é justamente isso: um ajuste. Essa observação de Wohlforth pode ser conectada ao que defende Eugênio Diniz.

Diniz (2006) argumenta que uma grande potência com uma clara vantagem de poder em relação a outros estados se comportará de forma mais agressiva porque tem a capacidade e a motivação para fazê-lo. Mearsheimer (2001) acredita que maximizar o poder é o comportamento dominante para garantir a própria segurança. É portanto compreensível que cada Estado procure tornar-se a hegemonia do sistema, mesmo que não tenha condições para o fazer. No entanto, é bastante complicado para um país alcançar a posição de hegemonia global. Mearsheimer propôs o fenômeno do poder parador de água, que seria o principal fator que impediria as potências de atingir tal nível. Ele ressaltou que projetar poder (enviar tropas terrestres) através de grandes obstáculos como os oceanos é uma tarefa extremamente difícil em comparação com mover o mesmo número de tropas para lutar em territórios adjacentes. O custo é muito maior. Assim, quanto maior a necessidade de uma potência de transpor grandes

massas de água, menor seu poder concreto. Com isso, Diniz (2006) conclui que a única forma prática de que um hegêmona global possa de fato existir seria na hipótese de um Estado possuir superioridade nuclear incontestável sobre os demais. Defende-se aqui que este é o caso dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria.

Mesmo que um país não seja um hegêmona global, é possível que ele se torne a grande potência no seu continente e, assim, se torne um hegêmona regional. Ser um hegêmona regional coloca o país numa posição privilegiada. Entende-se que possíveis ameaças à sua hegemonia existem em outros continentes e que, portanto, necessitam superar o poder de parada da água para desafiá-la. Esse fato por si só já lhe dá uma grande margem de segurança. Esta margem de segurança aumenta quando não há um hegêmona presente na balança de poder dos outros continentes. Afinal, é pouco provável que um desafiante decida não apenas enfrentar o poder de parador da água como também colocar em risco a sua própria posição entre os rivais do continente apenas pela possibilidade de vitória em um território além-mar. Nessa empreitada o desafiante ficaria vulnerável a ataques dos seus rivais regionais, que não hesitariam em aproveitar tamanho momento de vulnerabilidade e atacá-lo. Assim, conclui-se que é altamente improvável “qualquer potência de outra região sequer sonhar em vir a confrontar aquele Estado privilegiado que é a potência hegemônica de seu próprio continente” (Diniz, 2006, p. 511).

Quando um país atinge a posição de hegêmona regional, o seu interesse central passa a ser evitar que outras hegemonias surjam em outras regiões para garantir a sua segurança máxima. Portanto, quando um Estado se torna o único hegêmona regional no sistema internacional, ele tende a se comportar de forma conservadora quanto à dinâmica do sistema, agindo de forma a preservar as balanças de poder no resto do mundo (Diniz, 2006). Mearsheimer (2001) classificou os Estados Unidos como a hegemonia regional do continente norte-americano. Para ele, é impossível encontrar um equilíbrio de poder semelhante em qualquer outra região do mundo, pois todas apresentam alguma forma de competição regional. Ainda assim, vale a pena notar: Mearsheimer não compreende que os Estados Unidos são uma hegemonia global. Ele acreditava que países como Rússia e China seriam capazes de combater uma possível tentativa estadunidense de invasão a seus territórios. Como, para Mearsheimer, um sistema unipolar equivale a um sistema caracterizado pela presença de um hegêmona global; e como, segundo seu critério, os EUA não são um hegêmona global, o sistema internacional contemporâneo não seria unipolar. Neste presente

trabalho, porém, será defendida a hipótese de que o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética fizeram com que o mundo passasse de um ordenamento bipolar para um ordenamento unipolar.

Em defesa da unipolaridade pós-Guerra Fria, Diniz (2006) relembra a comparação da distribuição de capacidades entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha da Pax Britânica, anteriormente delineada por Wohlforth (1999). Diniz entende que a alta concentração de poder nos Estados Unidos, observada no final da década de 1990, ocorreu em todos os aspectos materiais relevantes e é consistente com a afirmação de Wohlforth de que em nenhum outro momento da história internacional moderna o principal Estado foi tão dominante economicamente e militarmente. Além disso, Diniz também fala sobre como os fatores geográficos potencializam significativamente as vantagens dos Estados Unidos na situação atual: os principais concorrentes dos Estados Unidos estão localizados em outros continentes, onde encontram a presença de outras potências regionais. Ele entende que a possibilidade de surgimento de um candidato a desafiante da potência unipolar tende a ser contra-restada pelos seus próprios vizinhos (Diniz, 2006). Tudo o que o autor diz aqui contribui para a ideia de que o sistema pós-Guerra Fria é unipolar.

Diniz (2006) entende que a potência unipolar tende a exercer grandes esforços para preservar a ordem vigente. Isso se dá por motivos claros: se a competição se tornar aberta, uma das partes poderá vencer, o que abriria espaço para que se ela tornasse um potencial concorrente do único polo, podendo transformar o sistema de unipolar em bipolar (obviamente um resultado desfavorável para a potência unipolar). Essa possibilidade é muitas vezes combatida por ações intervencionistas contínuas por parte da potência unipolar. Ele ressaltou que não há dúvidas sobre o resultado de qualquer disputa entre um país e uma potência unipolar. A única coisa que os concorrentes têm a fazer é respeitar a ordem preferida pela potência unipolar. Portanto, num estado unipolar, a gestão global da balança de poder tende a ser exercida pelo incontestável e único polo do sistema (Diniz, 2006).

Diniz (2006) acredita que a questão-chave para a compreensão da dinâmica do sistema unipolar é a possibilidade de minimizar ou distribuir os custos de manutenção da posição privilegiada do poder dominante do sistema. Se esses custos forem baixos ou puderem ser dispersos, aumentam as chances de um estado unipolar assumir uma postura intervencionista ativa; se forem altos ou não puderem ser distribuídos, aumentam as chances de um estado unipolar agir de forma menos agressiva, podendo agir como um balanceador



externo com mais frequência. Isto não é observado na prática no que é analisado neste texto. Quanto à possibilidade da potência unipolar adotar uma postura intervencionista ou isolacionista, Diniz (2005) explica que ela enfrenta um dilema óbvio: reduzir o risco de expansão excessiva e de enfraquecimento relativo gradual significa aumentar o risco de mudanças bruscas nas balanças regionais e de deterioração igualmente súbita de sua posição de único polo do sistema; diminuir os riscos de súbita transformação das balanças regionais e de deterioração igualmente súbita de sua posição de único polo do sistema implica aumentar os riscos de superextensão e enfraquecimento relativo gradual (Diniz, 2006).

A potência unipolar pode enfrentar este dilema de diversas maneiras, que não são mutuamente exclusivas e que, na verdade, se reforçam. Uma é hierarquizar as balanças regionais, identificando quais áreas requerem maior intervenção e quais permitem observação remota; outra é destinar parte do custo de suas atividades a outros atores internacionais. No presente texto, a área que requer maior atenção é o Oriente Médio. Portanto, tendo em mente as balanças regionais, as prioridades gerais da potência unipolar são: evitar que multipolaridades desequilibradas se transformem em balanças de poder hegemônicas; evitar que multipolaridades equilibradas se transformem em multipolaridades desequilibradas; transformar multipolaridades desequilibradas em multipolaridades equilibradas; explorar, de fora, a competição regional em multipolaridades equilibradas e bipolaridades. Em todos os casos, a prioridade relativa pode variar dependendo da importância política de cada região para a potência unipolar e a quantidade de recursos disponíveis em cada região (Diniz, 2005).

Um outro elemento no enfrentamento desse dilema é a distribuição dos custos de monitoramento e verificação da conduta alheia. Nesta perspectiva, algumas organizações multilaterais podem ser de grande utilidade para a potência unipolar, pois podem partilhar os custos do monitoramento de comportamentos e processos que podem ser prejudiciais a ela – independentemente de serem também prejudiciais para outros. Entra aqui a relevância da ONU e da OTAN para os Estados Unidos nos momentos históricos no presente trabalho analisados. Faz sentido que a potência unipolar contribua muito mais para com esses mecanismos do que outros membros; isso coloca à sua disposição reservatórios de recursos humanos, organizacionais e políticos que facilitam a sua vida (Diniz, 2005).

Posteriormente, Diniz (2005) questiona quais seriam as preocupações principais na perspectiva da potência unipolar atual, os Estados Unidos. É possível identificar o seguinte: o ressurgimento da Rússia como um ator assertivo na Europa ou na Ásia; o fortalecimento

significativo da China numa perspectiva econômica e militar; uma Europa politicamente eficaz e unificada; a emergência de um hegêmona no Oriente Médio – entendido aqui como a região delimitada pelo Egito a oeste, a Turquia ao norte, o Irã ao leste e pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico (Diniz, 2005). Para este estudo, apenas a última preocupação é relevante e age de modo a explicar a interferência estadunidense na região.

No que diz respeito ao Oriente Médio e suas relações com os Estados Unidos para o futuro, Kugler (1998) acreditava que na pior hipótese, as relações conflituosas com o Iraque e o Irã podem intensificar-se, o fundamentalismo islâmico anti-Occidente pode espalhar-se no Oriente Médio e a proliferação de armas de destruição em massa (ADMs) pode acelerar. O planejamento da defesa dos EUA seria então mais impulsionado pelo planejamento baseado em ameaças do que era à época, mas também seria puxado para fora para conter, deter e derrotar novas ameaças. Vale notar que este é exatamente o caso dos ataques de 11 de setembro e da subsequente Guerra ao Terror. Na melhor das hipóteses, tanto o Iraque como o Irã podem sofrer mudanças de governo, levando ao poder mais regimes pró-Occidente (Kugler, 1998).

Mastanduno (1997) entende que, conforme preveem ambas as teorias realistas, a estratégia dos Estados Unidos responde às restrições e oportunidades da estrutura internacional e à posição dos EUA dentro dela. A unipolaridade impõe menos restrições e dá aos Estados Unidos mais espaço de manobra. Após o fim da Guerra Fria, a estratégia de segurança foi ficando mais consistente com as previsões da teoria do equilíbrio da ameaça. A teoria do equilíbrio de ameaças pode explicar a persistência da unipolaridade, mas para fazê-lo deve concentrar-se tanto na distribuição de capacidades como nas intenções e comportamento da política externa. Para os oficiais estadunidenses, o apelo da estratégia de segurança prevista pela teoria do equilíbrio de ameaças não é surpreendente. É grande a tentação de prolongar o momento unipolar e os luxos que ele traz. Esta tentação é reforçada pela crença típica estadunidense de que o poder do país não ameaça ninguém e que a ordem internacional liderada pelos EUA proporciona benefícios suficientes para que outros países não pensem ser necessário tentar miná-lo (Mastanduno, 1997).

A inércia também aumenta o apelo da manutenção da primazia. É muito mais fácil para os funcionários estadunidenses manter e adaptar as práticas e instituições do sistema internacional centrado nos Estados Unidos do que preparar-se para um mundo multipolar voltando-se para as incertezas da “independência estratégica”. Se a teoria do equilíbrio de

ameaças estiver correta, a duração do momento unipolar depende não só da distribuição relativa de capacidades, mas também da eficácia da diplomacia dos EUA. Através de políticas de engajamento e tranquilidade, os oficiais dos Estados Unidos podem dissuadir ou pelo menos atrasar outros países de desafiar a hegemonia estadunidense e contrabalançar os EUA (Mastanduno, 1997). Pode-se fazer uma conexão aqui ao que foi dito por Wohlforth (1999) e Diniz (2005), referente a necessidade de simplesmente ajustar as dinâmicas herdadas da Guerra Fria e da bipolaridade, para que sirvam ao ordenamento unipolar de modo mais eficiente.

Mastanduno (1997) afirma que os funcionários estadunidenses devem manter o apoio em território nacional para as políticas preferidas do acoplamento e da confiança. Isto não será fácil, pois como observou Robert Tucker, o grande problema da política externa contemporânea dos EUA é “a contradição entre o desejo persistente de permanecer o principal poder global e uma aversão cada vez maior de suportar os custos dessa posição” (Tucker, 1996: p. 20 apud Mastanduno, 1997: p. 87, tradução nossa). O público dos Estados Unidos está cada vez mais relutante em arcar com os custos de uma estratégia de engajamento global, especialmente quando envolve arriscar vidas estadunidenses em lugares distantes, a fim não de enfrentar ameaças identificáveis, mas de manter a "estabilidade". Entretanto, é um risco difícil de ser evitado, já que a busca pela primazia induz os Estados Unidos a serem o estabilizador de último recurso em crises regionais (Mastanduno, 1997). Argumenta-se aqui que o apoio em território nacional cresce com os eventos de 11 de setembro. Os atentados mudaram a opinião pública e garantiram apoio às empreitadas estadunidenses não só nacional como internacionalmente (embora não de modo absoluto).

Por fim, Mastanduno (1997) defende que as autoridades estadunidenses devem controlar a “arrogância do poder”. O Estado dominante em qualquer ordem internacional enfrenta uma forte tentação de agir sozinho, de ditar em vez de consultar outros, de promover as suas virtudes e de impor os seus valores. No caso dos Estados Unidos, estas tentações são agravadas por uma tradição política democrática que tende a integrar os valores sociais na política externa e garante que as considerações morais nunca estejam longe da superfície das discussões de política externa. O autor entende que se a transição para uma nova ordem internacional será ou não prolongada dependerá, pelo menos em parte, da habilidade e desenvoltura dos oficiais de política externa dos EUA (Mastanduno, 1997). Entra aqui a

importância dos Estados Unidos obterem o apoio da ONU e da OTAN para suas investidas na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque.

#### **4. Grandes estratégias e a postura global de segurança dos EUA no pós-Guerra Fria**

Nesta seção serão abordadas as grandes estratégias disponíveis aos Estados Unidos, observando o que diferentes autores previam para o futuro estadunidense antes dos acontecimentos de 11 de setembro e suas consequências. Além disso, serão analisadas quais estratégias determinados autores entendiam ser a melhor alternativa para os EUA após o fim da Guerra Fria e qual estratégia de fato foi adotada pelo país à luz de sua posição hegemônica.

Com Posen e Ross (1996) tem-se a discussão das grandes estratégias. Os autores enunciam quatro grandes estratégias: neo-isolacionismo, engajamento seletivo, segurança cooperativa e primazia. Antes, porém: Posen (2014) define grande estratégia como a teoria de como um Estado-nação produz segurança para si próprio. A ideia de segurança tradicionalmente engloba a preservação da soberania, da integridade territorial e da posição de poder. Assim, a grande estratégia de um país foca em ameaças militares, pois estas são as mais perigosas, e em soluções militares, pois estas são as mais custosas. Argumenta-se ser possível traçar uma similaridade aqui entre os ataques 11 de setembro, sendo as ameaças, e a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque, sendo as soluções.

O neo-isolacionismo defende que, uma vez que não há ameaça aos Estados Unidos, não há necessidade de intervir no estrangeiro. Enfatizando uma compreensão particular das armas nucleares, os autores descrevem como o poder destrutivo das armas nucleares e a possibilidade de retaliação dos EUA asseguravam a soberania política e a integridade territorial dos Estados Unidos. Enquanto isso, a proliferação de tais armas para países como a Grã-Bretanha, França, China e Rússia impede o surgimento de qualquer hegemonia concorrente na massa terrestre da Eurásia. A segurança e a ausência de ameaças aos Estados Unidos significam que a defesa nacional raramente é uma justificativa para a intervenção no exterior. Além disso, defende-se aqui que os Estados Unidos não têm responsabilidade e nem podem suportar o custo da manutenção da ordem mundial. Defende-se também que os Estados Unidos não devem tentar disseminar seus valores porque fazê-lo aumentaria o ressentimento com o país e, assim, enfraqueceria a sua segurança. Em suma, o neo-isolacionismo propõe que os Estados Unidos mantenham a liberdade de ação e a independência estratégica, se retirem da OTAN, reduzam drasticamente sua presença militar

no exterior e se concentrem menos em questões como a proliferação nuclear (Posen; Ross, 1996).

O engajamento seletivo defende que os EUA devem intervir em regiões do mundo apenas se afetarem diretamente sua segurança e prosperidade. Portanto, o foco está nos países com enorme potencial industrial e militar e na prevenção da guerra entre eles. Entende-se que a Europa, a Ásia e o Oriente Médio sejam as regiões mais importantes para os Estados Unidos. A Europa e a Ásia agrupam as grandes potências, que têm o maior impacto militar e econômico na política internacional, enquanto o Oriente Médio é uma importante fonte de petróleo para boa parte dos países desenvolvidos. Além destas preocupações mais específicas, o engajamento seletivo centra-se na prevenção da proliferação nuclear e de qualquer conflito que possa levar a uma guerra entre grandes potências. Os autores prevêm que uma estratégia de engajamento seletivo envolveria uma forte capacidade de dissuasão nuclear com uma estrutura de força capaz de combater duas guerras regionais, cada uma através de alguma combinação de forças terrestres, aéreas e marítimas complementadas com forças de um aliado regional (Posen e Ross, 1996). Robert J. Art acredita que o envolvimento seletivo é a melhor estratégia para o século XXI pois é, por definição, seletivo. Além disso, é a melhor estratégia para alcançar os dois objetivos realistas – prevenir o terrorismo com armas de destruição em massa, manter a paz entre grandes potências e garantir o fornecimento de petróleo; e objetivos liberais – preservar o livre comércio, difundir a democracia, observar os direitos humanos e minimizar o impacto das mudanças climáticas (Art, 1998).

No que diz respeito à segurança cooperativa, os autores escrevem que a sua característica distintiva mais importante é a afirmação de que a paz é indivisível. Esta visão sublinha a importância da paz mundial e da cooperação internacional, argumentando que o desenvolvimento da governança democrática e a utilização de instituições internacionais irão superar os dilemas de segurança e evitar conflitos entre Estados. Segundo Posen e Ross, a grande estratégia de segurança cooperativa parte da premissa de que a ação coletiva seria o meio mais eficaz de impedir que potenciais agressores estatais e não estatais ameacem outros Estados. A segurança cooperativa vê a proliferação nuclear, os conflitos regionais e as crises humanitárias como interesses centrais dos EUA. Os autores levantam a hipótese de que uma estratégia tão ambiciosa envolveria um apoio mais forte às instituições internacionais, acordos e o uso frequente da força para fins humanitários (Posen; Ross, 1996).

Por fim, na primazia entende-se que apenas a superioridade do poder estadunidense pode garantir a paz. Portanto, defende-se que os Estados Unidos busquem a hegemonia final, dominem o sistema internacional econômica, política e militarmente, recusando regressar à bipolaridade ou à multipolaridade e impossibilitando o surgimento de quaisquer concorrentes. Assim, o foco da política externa dos EUA deve ser manter o poder do país e evitar que qualquer outro Estado represente um sério desafio a ele. Tendo isto em mente, pode-se argumentar que os Estados Unidos deveriam esforçar-se para conter, em vez de acomodar, os concorrentes. No que diz respeito às crises humanitárias e aos conflitos regionais, a primazia entende que os EUA devem intervir apenas quando afetarem diretamente sua segurança nacional, mais em um engajamento seletivo do que segurança coletiva. No entanto, defende a prevenção ativa da proliferação nuclear a um nível semelhante à segurança coletiva (Posen; Ross, 1996). À época da publicação, os autores entendiam que as estratégias ideais para os EUA seriam estas três últimas, com destaque especial dado à primazia.

Mais tarde, Posen (2014) argumentou que as quatro escolas da grande estratégia estadunidense identificadas na década de 90 foram substituídas por duas: a hegemonia liberal (uma fusão da primazia e da segurança cooperativa) e a contenção (uma fusão do neo-isolacionismo e do engajamento seletivo). Já Mearsheimer e Walt (2016) propõem uma terceira política: o balanceamento externo.

Na hegemonia liberal defende-se uma ordem mundial hegemônica dos EUA e seu uso para a criação de um sistema internacional liberal, por vezes até usando a força para impor ou difundir valores liberais (como os direitos individuais e o livre comércio). Os Estados Unidos procuram manter um poder militar esmagador com base na teoria de que os potenciais rivais nem sequer tentarão competir no cenário global. Mantém também uma extensa rede de compromissos de alianças permanentes em todo o mundo, utilizando o sistema de alianças para avançar e manter sua hegemonia e para consolidar os sistemas políticos liberais emergentes. De acordo com Posen, esta estratégia aponta "ameaças que emanam de três fontes principais: estados falidos, estados párias e concorrentes não-liberais". Estados falidos são fontes de instabilidade; estados párias podem patrocinar o terrorismo, adquirir armas de destruição em massa e se comportar de forma imprevisível; concorrentes não-liberais competiriam diretamente com os Estados Unidos e "complicariam a disseminação de instituições liberais e a construção de estados liberais" (Posen, 2014: p. 6, tradução nossa).

Vale notar aqui que esta é a estratégia que Posen reconhece em seu livro como a alternativa ideal para os Estados Unidos enquanto potência unipolar.

Na grande estratégia de contenção apela-se aos Estados Unidos para que reduzam significativamente os seus compromissos de segurança no exterior e evitem, em grande parte, o envolvimento em conflitos no exterior. Os Estados Unidos tiraram vantagem do que Posen chama de posição estratégica “notavelmente boa”, devido ao fato do país ser rico, estar longe de outras grandes potências e protegido por uma forte dissuasão nuclear. Além disso, “outras grandes potências são atualmente mais fracas que os Estados Unidos, próximas umas das outras, e enfrentam as mesmas pressões para se defenderem que os Estados Unidos”. Argumenta-se que os EUA são autointeressados e, portanto, cuidarão de seus próprios interesses e do equilíbrio contra os agressores. Entretanto, sempre que possível, os Estados preferem transferir as responsabilidades para outrem, para que estes arquem com o custo do balanceamento. Também enfatiza-se que o poder dissuasor das armas nucleares, que aumenta enormemente os custos em um confronto entre grandes potências e leva à cautela em vez de recompensar a agressão. Nessa estratégia, argumenta-se que o nacionalismo é uma força poderosa que torna os Estados mais resistentes à conquista externa, tornando assim o sistema internacional mais estável (Posen, 2014). Os defensores da contenção fazem uso de autores como Carl von Clausewitz, que argumenta que a força militar é uma ferramenta contundente, cara e imprevisível e deve, portanto, ser usada com moderação para alcançar objetivos claros (Clausewitz, 1993).

Conforme Mearsheimer e Walt (2016), no balanceamento externo os Estados Unidos evitariam participar em assuntos de segurança ultramarinos. A exceção seria para impedir que um país estabelecesse hegemonia, no que os defensores do balanceamento externos entendem como as três principais regiões estratégicas do mundo: Europa Ocidental, Nordeste da Ásia e Golfo Pérsico. Essa estratégia defende uma presença no exterior significativamente reduzida em comparação com a hegemonia liberal, mas argumenta que a intervenção é necessária em mais circunstâncias do que a contenção. O balanceamento externo argumenta que a conquista muitas vezes permite que os estados ganhem poder e que um hegêmona em regiões com grandes economias, grandes populações ou recursos importantes pode rapidamente tornar-se uma ameaça global aos interesses dos EUA (Mearsheimer; Walt, 2016). Cabe aqui ressaltar: os autores defendem o balanceamento externo como estratégia ideal para os EUA, mas reconhecem que a estratégia de fato adotada na prática foi a primazia.

Seguindo a discussão das grandes estratégias, Layne (2005) defende que o verdadeiro comportamento de grande estratégia adotado pelos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial mostra a extensão da busca do governo estadunidense pela hegemonia global. Não só isso, como mostra também a maneira que o país rejeitou o balanceamento externo e trabalhou para manter a estabilidade regional na Europa Ocidental (e na Ásia Oriental e mais tarde no Golfo Pérsico) como o objetivo fundamental da sua grande estratégia. Longe de sugerir que os Estados Unidos são um equilibrador externo, Layne entende que o registro histórico aponta fortemente para a conclusão oposta: os Estados Unidos têm procurado o domínio global desde a Segunda Guerra Mundial. Mesmo antes do fim da Guerra Fria, era claro que os Estados Unidos eram mais do que uma hegemonia regional no hemisfério ocidental: também era geoestrategicamente preponderante no leste da Ásia, no Golfo Pérsico e na Europa Ocidental (Layne, 2005).

Ao contrário de Mearsheimer, Layne (2005) não via o comportamento de grande estratégia dos EUA na década de 1990 como um desvio temporário do balanceamento externo. As bases para a primazia americana foram lançadas durante a Segunda Guerra Mundial, e os Estados Unidos têm perseguido obstinadamente a hegemonia global desde então. A grande estratégia europeia dos Estados Unidos é um exemplo disso. No final da Guerra Fria, os estrategistas estadunidenses nunca sequer pensaram que o colapso da União Soviética deveria causar uma mudança fundamental no papel europeu dos Estados Unidos. Os Estados Unidos procuraram manter o "sistema da OTAN" porque era a base da hegemonia estadunidense na Europa, uma hegemonia que precisava conter a Alemanha, manter a estabilidade europeia, defender os interesses subjacentes dos EUA no continente, interesses que não tinham nada a ver com a ameaça soviética (Layne, 2005).

Além disso, o autor entende que desde o fim da Guerra Fria, o colapso da União Soviética levou à expansão geográfica e ideológica do poder e das ambições dos Estados Unidos no continente. Longe de desempenhar o papel de balanceador externo e de saudar a iniciativa da União Europeia de estabelecer um polo de poder independente na Europa Ocidental, os EUA se opuseram à iniciativa porque era vista como um desafio à primazia dos Estados Unidos na Europa. Por outras palavras, a grande estratégia europeia dos Estados Unidos desde a Guerra Fria é consistente com a sua grande estratégia europeia durante a Guerra Fria. Talvez Mearsheimer esteja certo ao prever que os Estados Unidos recuem militarmente do continente nos próximos anos. No entanto, não há nenhuma base empírica



para acreditar que os Estados Unidos venham a desistir voluntariamente do seu papel hegemônico na Europa ou, nesse caso, do papel semelhante que desempenham na Ásia Oriental e no Golfo Pérsico. Não há dúvida de que, para os Estados Unidos, a lógica do balanceamento externo deve superar a lógica do realismo ofensivo. A grande questão é: por que não o fez? (Layne, 2005). Defende-se aqui que a estratégia de fato adotada foi a primazia/hegemonia liberal.

É possível perceber que alguns autores defendem o engajamento seletivo (ou a contenção ou o balanceamento externo, cujas definições em muito se assemelham ao engajamento seletivo) e acreditam ser a melhor estratégia de todas as que aqui foram apresentadas. Entretanto, é necessário esclarecer: o presente artigo se propõe a analisar a grande estratégia que de fato foi utilizada pelos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, não o que diferentes teóricos acreditam ser a estratégia que seria ideal para o futuro do país. Assim, para que não haja dúvida: o presente artigo defende que a estratégia adotada pelos EUA enquanto potência unipolar durante a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque foi a primazia/hegemonia liberal.

##### **5. Considerações finais: as Guerras do Afeganistão e do Iraque como evidências de um sistema internacional unipolar**

Os eventos de 11 de setembro colocaram as questões de segurança no topo da agenda política estadunidense. Após um breve período de assimilação e da confrontação e derrubada imediatas do Talibã no Afeganistão, é possível notar a fusão de duas agendas: a mais imediata, que envolvia o combate à ameaça de ataques terroristas, principalmente no que se refere ao risco de utilização de armas de destruição em massa; e a sistêmica e de longo prazo, que visava manter a posição política privilegiada dos Estados Unidos, ou seja, a agenda política de poder (Diniz, 2005).

O Oriente Médio era, à época (e ainda é hoje), uma das regiões mais críticas para os Estados Unidos devido: à sua importância central para o acesso estadunidense ao petróleo; à intensa concorrência regional; ao potencial de proliferação de ADMs e de veículos de lançamento de longo alcance (principalmente mísseis); à presença de grupos não-estatais capazes de usar a força em escala internacional ou de atingir aliados importantes dos EUA; e ao potencial de convergência entre vários desses fatores (Diniz, 2005).

Assim, a balança de poder no Oriente Médio, que já era uma prioridade para os interesses estadunidenses durante a Guerra Fria, ganha ainda mais importância depois de 11 de setembro. Alterar a balança de modo a reduzir a instabilidade na região passa a ser um objetivo crucial dos Estados Unidos (Diniz, 2005). Nesse sentido, a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque entram em jogo como ferramentas de reorientação da política de segurança internacional estadunidense. É possível entender por que agir no Afeganistão quando se considera a presença do Talibã no país, sua conexão aos atentados de 11 de setembro e sua relação com o governo afegão, mas por que o Iraque?

Da perspectiva da política dos Estados Unidos para o Oriente Médio, a localização geográfica do Iraque é claramente privilegiada. O Iraque tem extensas fronteiras com o Irã e a Síria, assim como com a própria Arábia Saudita. Uma presença militar em grande escala dos EUA no Iraque seria capaz de exercer uma pressão tremenda sobre estes países no que se refere à proliferação de armas de destruição em massa e de mísseis, tal como do terrorismo (Diniz, 2005).

A intervenção no Afeganistão poderia ser vista com bons olhos à luz dos eventos de 11 de setembro. Já no que se refere ao Iraque, o governo estadunidense entende que o fato de que o país vinha sofrendo e evadindo sanções da ONU havia doze anos deveria facilitar a obtenção de apoio à iniciativa, especialmente em meio ao Conselho de Segurança (Diniz, 2005). A busca desse apoio não ocorre por uma tentativa dos EUA de seguir uma grande estratégia de segurança cooperativa com o auxílio de organismos multilaterais como a ONU. Ela ocorre porque o apoio distribuiria os custos da ação (mais os políticos que os financeiros) e reforçaria a influência dos Estados Unidos sobre o comportamento de demais Estados, conforme o faz um hegêmona global em um sistema unipolar.

Assim, os Estados Unidos agiram de maneira a reconfigurar toda a política do Oriente Médio. Com a derrubada em menos de um mês do regime do ex-presidente Saddam Hussein; com a formação de um novo governo no país, bem mais próximo de seus interesses do que o anterior; com a consolidação de uma presença militar maciça num local com fronteira com a Síria, o Irã e a Arábia Saudita; e com a eliminação, pelo menos para o médio prazo, da possibilidade de que algum ator regional viesse a controlar efetivamente o fluxo de petróleo da região, os Estados Unidos eliminam um dos principais fatores de instabilidade do Oriente Médio, e ainda se colocam em uma posição muito melhor que antes para influir, decisivamente, na política regional. Nos anos que se seguiram às duas guerras, os Estados

Unidos foram o principal ator político do Oriente Médio (Diniz, 2005). Isso contribui com a defesa e a manutenção dos interesses do país na região.

Do ponto de vista da estrutura política do sistema internacional, o resultado geral é que os Estados Unidos, ao contrário do que se poderia entender a princípio, parecem sair muito mais fortalecidos do que entraram. Nesta perspectiva, a análise feita aqui confirma uma das expectativas anteriores sobre a dinâmica do sistema unipolar: a ordem internacional é mais consistente com os interesses da potência unipolar (Diniz, 2005).

Assim, é possível entender a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque como sintomas/ evidências da unipolaridade. Os Estados Unidos se encontram em uma posição de hegêmona global, com uma preponderância decisiva em todos os componentes subjacentes de poder (econômico, militar, tecnológico e geopolítico) e com um dos maiores arsenais de armas nucleares no contexto pós-Guerra Fria. Sua grande estratégia de primazia permite a manutenção da paz, no que se refere a conflitos entre grandes potências e ao surgimento de hegêmonas regionais que poderiam ameaçar sua posição atual, com o auxílio de Estados locais. As relações entre esses países, por sua vez, agem de modo a impedir o surgimento de um desafiante entre eles por meio do balanceamento, se um desses países começar a aumentar demais seu poder ele acaba por ameaçar os demais e estes agirão de maneira a impedi-lo. Assim, os EUA tomam a decisão de direcionar sua atenção ao combate ao terrorismo. O governo estadunidense está confiante no seu poder e influência do país enquanto potência unipolar e, ao invés de se preocupar com o surgimento de desafiante na forma de hegêmonas regionais em outros continentes, decide se preocupar com um ator não-estatal que não afeta o funcionamento e a estrutura do SI.

Conforme a equação apresentada por Wohlforth (1999), a União Soviética é dissolvida e nenhuma outra potência surge para desafiar os Estados Unidos, logo, o mundo a partir de 1991 é unipolar. Nenhum desafiante surge após a queda da União Soviética pois nenhum outro Estado possui preponderância nos componentes subjacentes de poder (econômico, militar, tecnológico e geopolítico) e arsenal de armas nucleares capazes de rivalizar com esses mesmos aspectos observados à disposição dos Estados Unidos. Nesse sentido, o sistema deixa de ser bipolar com o fim da Guerra Fria e se torna unipolar, não por esforços individuais dos EUA ou de algum outro país, mas sim pela distribuição de capacidades dentre os Estados do SI. Assim, as alterações da política de segurança internacional estadunidense analisadas no presente texto ocorrem a fim de calibrar as decisões

e comportamentos do país para agir em conformidade com sua nova posição, não mais uma das potências de um mundo bipolar, mas sim uma potência unipolar.

E esse calibramento ocorre por meio da grande estratégia utilizada pelos Estados Unidos. Embora alguns autores aqui apresentados entendam o engajamento seletivo ou o balanceamento externo como as melhores alternativas, em teoria, a serem adotadas pelo país, nenhuma delas é de fato observada na realidade. O governo estadunidense escolhe seguir com a primazia que vinha desenvolvendo desde a Guerra Fria, conforme estabelecido por Layne (2005), adequando-a às demandas e incentivos de um sistema unipolar. Cabe aqui lembrar que a primazia e a hegemonia liberal em muito se assemelham. Ambas estratégias defendem a utilização da superioridade de poder estadunidense para dissuadir e conter eventuais desafiantes, assim como a intervenção do país em diferentes regiões conforme seus interesses. Pode-se entender que a estratégia de primazia é uma maneira de Washington "jogar bem suas cartas", conforme dito por Wohlforth (1999), e prolongar a unipolaridade e os benefícios que a acompanham. Evidencia-se aqui, mais uma vez, a ideia da Guerra do Afeganistão e da Guerra do Iraque como sintomas/ evidências da unipolaridade.

## 6. Referências bibliográficas

AFGHANISTAN'S **Northern Alliance**. BBC. 19 de setembro de 2001. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/2/hi/south\\_asia/1552994.stm/](http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/1552994.stm/). Acesso em: 4 nov. 2023.

ART, Robert. 1998. Geopolitics Updated: The Strategy of Selective Engagement. **International Security**. 23 (3), p. 79–113.

BERDAL, Mats. 2016. A Mission Too Far?: NATO and Afghanistan, 2001–2014. **War, Strategy and History: Essays in Honour of Professor Robert O'Neill**, edited by Daniel Marston and Tamara Leahy, ANU Press, p. 155–78.

BIDDLE, Stephen. 2003. Afghanistan and the Future of Warfare. **Foreign Affairs**. 82 (2), p. 31–46.

BRITANNICA. **Afghanistan War**. 2001-2014. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Afghanistan-War/>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRITANNICA. **Cold War**. International politics. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Cold-War/>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRITANNICA. **Iraq War**. 2003-2011. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Iraq-War/>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRITANNICA. **September 11 attacks**. United States [2001]. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/September-11-attacks/>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRITANNICA. **War on terrorism**. United States history. Atualizado em 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/war-on-terrorism/>. Acesso em: 28 out. 2023.

CLAUSEWITZ, Carl von. 1993. **On War**. 1a. Ed. New York: Alfred A. Knopf. Livro 1, caps. 1 e 2.

COUNTER-INSURGENCY. **Oxford Learner's Dictionaries**. Disponível em: <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/counter-insurgency?q=counter-insurgency/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

DINIZ, Eugenio. 2005. Da teoria à análise política: Guerra do Iraque ou do reordenamento unipolar? **Cena Internacional** (UnB), v. 7, p. 4–27.

DINIZ, Eugenio. 2006. Relacionamentos multilaterais na unipolaridade: uma discussão teórica realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 505–565.

GERSHKOFF, Amy; KUSHNER, Shana. 2005. Shaping Public Opinion: The 9/11-Iraq Connection in the Bush Administration's Rhetoric. **Perspectives on Politics**, v. 3, n. 3, p. 525–537.

JONES, Seth, et al. 2005. **Afghanistan**. Establishing Law and Order After Conflict. RAND Corporation, 1ª edição, p. 61–104.

KUGLER, Richard. 1998. **Changes Ahead**: Future Directions for the U.S. Overseas Military Presence. Santa Monica, SA, RAND Corporation.

LAYNE, Christopher. 2002. The Poster Child for offensive realism: America as a global hegemon. **Security Studies**, v. 12:2, 120–164.

MASTANDUNO, Michael. 1997. Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and US Grand Strategy after the Cold War. **International Security**, v. 21, p. 49–88.

MEARSHEIMER, John J. 1990. Back to the Future. **International Security**, v. 15, n. 1, 3–54.

MEARSHEIMER, John. 2001. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton & Company.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. 2016. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, v. 95, n. 4, p. 70–83.

ONU. **Resolução 1441** (2002). Disponível em: <https://www.un.org/depts/unmovic/documents/1441.pdf/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

OPERATION Enduring Freedom (OEF). **Defense Casualty Analysis System**. Disponível em: <https://dcas.dmdc.osd.mil/dcas/app/conflictCasualties/oef/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

OTAN. **Tratado do Atlântico Norte**. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_17120.htm?selectedLocale=pt/](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_17120.htm?selectedLocale=pt/). Acesso em: 4 nov. 2023.

POSEN, Barry. 2014. **Restraint: A New Foundation for U.S. Grand Strategy**. Ithaca: Cornell University Press.

POSEN, Barry; ROSS, Andrew. 1996. Competing Visions for U.S. Grand Strategy. **International Security**, v. 21, n. 3, p. 5-53.

US Marines and the Republican Guard. **BBC**. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/world/02/military\\_fact\\_files/v3\\_special\\_forces/html/](http://news.bbc.co.uk/2/shared/spl/hi/world/02/military_fact_files/v3_special_forces/html/). Acesso em: 4 nov. 2023.

WALTZ, Kenneth. 1979. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill.

WALTZ, Kenneth. 1988. The Origins of War in Neorealist Theory. **Journal of Interdisciplinary History**. V. 18, n. 4, 615-628.

WALTZ, Kenneth. 1993. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, v. 18, n. 2, p. 44–79.

WALTZ, Kenneth. 2000. Structural Realism after the Cold War. **International Security**, v. 25, n. 1, p. 5–41.

WEHREY, Frederic, et al. 2010. **The Iraq War and the Future of Terrorism: Lessons Learned and New Strategic Trends.** In *The Iraq Effect: The Middle East After the Iraq War.* RAND Corporation, p. 105–142.

ZABOROWSKI, Marcin. 2008. Iraq. **Bush's Legacy and America's next Foreign Policy.** European Union Institute for Security Studies (EUISS), p. 43–60.